



## PROGRAMA ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2019

Ao longo dos anos, o PURP não tem visto nas agendas dos partidos nacionais, uma disponibilidade para debaterem e darem um enfoque mínimo às questões dos Reformados, Jovens e outros, nas questões prioritárias e sua defesa.

Já nos bastou e humilhou a declaração de um deputado que nos brindou com a frase lapidar de “*peste grisalha*”, sem que qualquer partido a tivesse repudiado. Também um alto responsável do FMI, muito “*simpaticamente*”, referindo-se a este segmento de população, bolsou, mais ou menos isto: “os idosos vivem demasiado tempo e são um risco para a economia global”.

São ideias funestas como estas, que urge combater!

Destacamos os objectivos que mais nos assolam e que desejamos pôr em prática, se nos derem a vossa confiança.

### I. ORGÃOS DE SOBERANIA:

**1** – Uma luta acesa e acutilante, para não dizer truculenta, mas cordial (dentro do possível) junto dos seus pares na Assembleia da República (AR), na defesa dos interesses dos cidadãos, quando, se aperceberem que as necessidades básicas (para terem uma vida digna) destes, não forem respeitadas e/ou desbaratadas, logo, existimos para “servir” os cidadãos, como missão e, jamais, para beneficiar do que quer que seja.

**2** – Na AR, com a “força” que nos for dada pelos cidadãos, queremos e desejamos, ser o “*fiel da balança*” nas decisões mais importantes, que digam respeito, à qualidade de vida, dos Reformados, (incluindo os ex-Combatentes) Jovens, Desempregados, Cidadãos com Deficiências e outros.

Nesta casa (AR), teremos como agenda e intervenção diária, a defesa intransigente, dos segmentos atrás referidos, até que a voz nos doa.

Ninguém nos calará na defesa intransigente dos princípios de equidade, se estes objectivos nos forem negados, porque, ao contrário doutros, nada temos a perder.

**3** – Propomos combater sem quartel a Corrupção (segundo estudos recentes, traduz cerca de 40% do nosso PIB), pugnando para que os infractores, sejam de imediato presos – sem caução e, se forem políticos ou similares, impedidos, de não mais exercerem cargos públicos –, para que casos como estes não voltem a acontecer, pela mensagem de descrédito que envergonha a nossa Democracia e que nos coloca em 5º lugar do ranking dos países mais corruptos.

**4 -** Que os Combatentes do Ultramar, que regressaram de uma guerra, a que foram obrigados, regressando, muitos deles com problemas de saúde e abandonados à sua sorte, sejam ressarcidos e apoiados em todas as suas vertentes. Não podemos esquecer, o drama que é para os familiares próximos dos mesmos, viver com um ex-Combatente, seus medos e traumas, implicando tirar o bem-estar no seio das famílias.

Exigimos que seja implementado o “Estatuto do Combatente do Ultramar”, para que neste, conste as aspirações, mais do que legítimas deste “punhado” de Homens.

Nesta temática dos Combatentes, (porque o PURP é composto na sua maioria por Combatentes do Ultramar (Filiados e Simpatizantes), voltamos a frisar, que seremos “duros” e muito assertivos na condução desta temática, doa a quem doer. Passaram mais de 40 anos, sem que, qualquer partido com assento parlamentar, alguma vez tivesse feito alguma proposta, para reconhecer o esforço que milhares de jovens, fizeram em prol do seu país. Não pactuaremos, com mais silêncio e até humilhação, com o esquecimento.

**5 –** Na AR, combateremos sem desfalecer o seguinte:

- Redução em 30% dos gastos supérfluos administrativos.
- O fim dos subsídios de campanha ou, minimizá-los substancialmente, para que a curto prazo, sejam abolidos definitivamente (depende da força que nos derem), pois entendemos que a visibilidade que os Media lhes dão no dia a dia é mais que suficiente, para passarem a sua mensagem. Neste particular, preconizamos que, também no limite, seja unicamente, distribuída uma verba de 50.000€/anual, a todos os partidos em partes iguais, sem excepção, que estejam devidamente legalizados pelo Tribunal Constitucional, por forma, de que à partida, haja igualdade de oportunidade entre todos, e não o desbaratar de dinheiros públicos – que se cifrou nas últimas eleições, em que foram despendidos cerca de 64 milhões nesta rubrica, sem um mínimo de respeito pelos contribuintes – que se impõe moralizar.
- Acabar de vez, com o subsídio que recebem de 3,18€ por votante ou, no limite, reduzi-lo para 50 cêntimos. Entendemos ser uma aberração este tipo de gastos, que anualmente custa ao erário público, qualquer coisa como 100 milhões de euros, quando faz falta no apoio às pessoas. Que se governem com as quotas e donativos dos seus filiados.
- Acabar de vez com as mordomias aos ex-Presidentes (palácio, carros, secretárias, motoristas e segurança 24/24 horas, que quanto a nós, não faz qualquer sentido, por muito que existam opiniões divergentes.
- Acabar de vez, com essa coisa horrível que se chama subvenção vitalícia. Não entendemos que estas pessoas, depois de deixarem a política, alguns deles ainda no activo, sejam beneficiários deste tipo de benesses. Por alma de quem?
- Acabar de vez, com subsídios de presença/assiduidade na AR dos deputados. Uma vergonha, porque, que se saiba, os colaboradores das empresas privadas, e até os restantes

funcionários públicos na generalidade, não usufruem dessa regalia e, mesmo que a tivessem, não são dinheiros públicos???

- Acabar de vez, com a vergonha dos subsídios de deslocação dos deputados, tendo em conta, que na sua maioria, os funcionários públicos não têm direito a esses suplementos, para não falar dos trabalhadores privados. Exige-se equidade.
- Acabar de vez, com os 230 Deputados e reduzi-los para 180 numa primeira fase e, posteriormente para 150. Somos um País de 10 milhões de Cidadãos, onde comparativamente com outros países, cujas populações são 3/4 vezes superiores, integram em proporção muito menos deputados (somos ricos, não é?).
- Acabar de vez com os sistemas de saúde dos Deputados, porque não são mais do que os outros cidadãos, integrá-los na Segurança Social ou ADSE. Não devem existir “Cidadãos de 1ª”, todos somos iguais, principalmente quando se trata de dinheiro dos nossos impostos.
- Acabar de vez, com a actividade dupla dos Deputados, quando exercem a sua profissão fora do hemiciclo. Pugnamos pela exclusividade das suas actividades, para que não sejamos confrontados, com a aprovação de Leis, que depois vão defender junto dos seus clientes, criando uma promiscuidade inaceitável.
- Acabar de vez, com os salários e mordomias extras dos Deputados, reduzindo-lhes cerca de 15%, enquanto, existirem mais de 2 milhões de cidadãos a viverem abaixo do limite da pobreza, considerando, os ainda mais de 2 milhões a sobreviverem com os chamados RSI’s e outros. Em suma, como se pode defender estes Cidadãos, quando os “fazedores das Leis”, não têm sensibilidade para serem solidários?
- Acabar de vez com as reformas antecipadas dos Deputados, enquadrando-os na lei geral do país, como qualquer cidadão.
- Acabar de vez, com os benefícios fiscais aos partidos (IMI, IVA, IRS e outros)

**6** – Que sejam suprimidas, em cerca de 30% as despesas de toda a estrutura da Presidência da República (Palácio que todos pagamos), para obviar os exageros nas viagens e o enorme séquito que acompanha o Presidente da República (PR), nas suas visitas oficiais ao estrangeiro, bem como o exagero de colaboradores, a roçar o “riiquismo” bacoco. Não esquecer que a Casa Real de Espanha, país de 40 milhões de cidadãos, gasta metade do que em Belém. Não se entende, o excesso destes gastos de “representação”. Sim, porque é disso que se trata.

E que a prioridade e influência do magistério do PR, seja direccionada para os mais débeis desprotegidos, e não, para o grande capital e outros interesses, sejam eles quais sejam.

**7** – No Governo, propomos o seguinte:

- Redução em 30% dos gastos Administrativos, para que se evitem desperdícios de toda a ordem.

- Redução em 15% nos salários dos Ministros.
- Em caso de promessas não cumpridas (o que aconteceu e continua a acontecer, quando mentem despudoradamente aos eleitores), os Governantes devem ser, por força dessas mentiras, devidamente sancionados, por uma Entidade Externa isenta.
- Que os Governantes na sua actividade, o façam com seriedade e espírito de Missão, porque entendemos, ser uma honra servir o País e não com outros propósitos.

#### **8 – Propomos ainda:**

- Limitar os salários dos Gestores Públicos, de modo a que não ultrapassem o referencial do Presidente da República.
- Que as suas “mordomias” extras” sejam devidamente escrutinadas e as viaturas de topo de gama, sejam substituídas por outras de menor custo (e não servirem para utilização de fins pessoais).
- Que os Quadros Técnicos (e outros) a recrutar, sejam feitos por concurso, para evitar a desigualdade no acesso ou proporcionar o clientelismo e amiguismo.
- Para que não aconteçam as “trapalhadas” como a última nomeação da Procuradora da República, entendemos que, as nomeações sejam feitas sobre proposta do Governo mas aprovadas na Assembleia da República por uma maioria de 2/3 dos Deputados.
- Redução em 60% das Fundações, Institutos e Observatórios, para se acabar de vez, com a rebaldaria existente, de gastos supérfluos e indecentes – como o caso conhecido da Fundação Mário Soares, que beneficia 0,0001% dos Cidadãos, um autêntico sorvedouro descarado dos nossos Impostos, que só a um ínfimo grupo de “intelectuais” serve.

## **II. SEGURANÇA SOCIAL:**

- 1 –** Que os imóveis que são pertença das Misericórdias, Câmaras Municipais, Escolas e Quartéis desactivados ou devolutos, sejam transformados e readaptados para a “criação” de Lares e Creches, privilegiando-se a proximidade geográfica dessas zonas.
- 2 –** Que seja reposta aos Reformados a taxa de IRS, que vigorava antes da equiparação aos trabalhadores no activo – tendo como referência valores inferiores a 1.500€. Porque os Reformados, por força da idade, não têm como obter mais rendimentos.
- 3 –** Pugar para que a curto prazo, as reformas miserabilistas dos Reformados, inferiores ao Salário Mínimo Nacional, venham a ser equiparadas ao actual salário mínimo.
- 4 –** Pugar ainda para que seja atribuído um “passe social” aos mais idosos (maiores de 66 anos), por forma a se deslocarem e não ficarem na solidão das suas casas à espera do “dia final”.
- 5 –** Que os Reformados ou outros, residentes nas grandes cidades e não só, não sejam “escorraçados” para a periferia, em benefício dos especuladores imobiliários.

- 6** – Que, os beneficiários de RSI e Desempregados, enquanto nesta condição, contribuam com a sua quota-parte em actividades de apoio à sociedade, entre outras, como, por exemplo, vigilantes em escolas e por aí fora.
- 7** – É também uma das preocupações do PURP, criarem-se condições substantivas para os Jovens se integrarem na sociedade, que passam pela criação de emprego efectivo, e não com contratos de trabalho precários, que além de mal pagos, não lhes proporcionam “segurança” no seu futuro, existindo nesta situação, segundo as estatísticas actuais, cerca de um milhão e 100 mil trabalhadores a contrato, o que representa para estes, não saber o dia de amanhã.
- 8** – Que os Cidadãos com saúde mental debilitada sejam apoiados e vistos com mais humanidade.
- 9** – Que os chamados “sem abrigo” usufruam de maior protecção e apoio.
- 10** – Que seja vedado a qualquer Governo a utilização dos Fundos da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, para outros fins.
- 11** – Que o pagamento das Reformas, seja efectuada no dia 8 de cada mês e, caso coincida com um feriado ou fim-de-semana, seja liquidada, no dia útil imediatamente anterior.
- 12** – Que sejam agilizados com urgência os processos de pedidos de Reforma, para que estas sejam pagas no menor curto espaço de tempo e não como vem sendo praticado, demorando tempo demasiado a serem processadas, o que causa enorme prejuízo e desconforto aos petiçãoários.
- 13** – Que seja implementado com urgência o “Estatuto de Cuidador Informal”. Uma questão que é muito cara ao PURP, pelo que envidaremos na AR e fora dela, todos os esforços possíveis, para dar apoio a Associações e Movimentos, que civicamente estão empenhados na resolução deste problema que afecta milhares de Cidadãos.

### III. ECONOMIA E FINANÇAS

- 1** – Abolição/isenção da taxa de IMI para proprietários de casas de 1ª habitação, ressaltando patrimónios habitacionais superiores a 250 mil euros.
- 2** – Que, aos artigos de luxo importados (viaturas, motas, barcos topo de gama e outros bens relevantes), lhes seja aplicada uma taxa suplementar de solidariedade.
- 3** – Que seja implementado um imposto de Solidariedade à Banca, para compensar o esforço dos Cidadãos aquando da injeção dos fundos na mesma, que orçou em quase 20 mil milhões de euros.
- 4** – Acabar de vez com as benesses que são atribuídas aos Fundos de Investimento Imobiliário, em termos de taxas (IMI e outras). Não se entendem estas “baldas” aos mais poderosos, em contraste, com o Cidadão comum, que tudo paga.
- 5** – Que a taxa do IVA da Electricidade e Gás seja reduzido, para uma taxa de 6%, por se tratar de um “produto” básico e indispensável aos Cidadãos e, não de um bem de consumo extra.

**6** – Revisão urgente (para ontem) das taxas dos combustíveis, que são um atropelo e mentira, a que os Governos, de uma forma indirecta, “sacam” capciosamente do bolso dos Cidadãos e afecta todos por igual, sejam ricos ou pobres, com a agravante de prejudicar irremediavelmente o “progresso” das Empresas.

**7** – Vistos Gold: por razões óbvias, não somos contra a entrada de capitais que ajuda no desenvolvimento económico do País, mas com a introdução de algumas reservas a saber:

**8** – Que seja estudada a possibilidade de uma parte desse fluxo de capital, seja empregado na criação de Empresas, logo, criação de emprego, e não, para a pura especulação imobiliária.

Também neste capítulo que, que as Empresas que geram recursos (lucros) no País, caso das que compõem o PSI 20, que sejam obrigadas liquidarem os seus impostos na integra na origem, e não os transferirem para a Holanda ou outros Países. Tal situação, desencadeia, uma cruel injustiça, pois, penaliza as Empresas que não o fazem, e contribui para uma concorrência desleal.

**9** – Que os sócios gerentes das Empresas, depois de provado, que ao longo da suas respectivas gestões, as descapitalizaram por dolo e gestão ruínosa e venham a apresentar insolvência, respondam com os seus bens pessoais, por forma que os seus colaboradores sejam ressarcidos, do esforço e dedicação que deram às Empresas e que não podem ser penalizados por esses actos.

**10** – Que se acabe de vez com a taxa do Audiovisual, que afecta a maioria dos Cidadãos, independentemente de verem ou não a RTP. São gastos, que afectam o orçamento dos Cidadãos, cuja justificação não se entende, quando, as televisões privadas, que também fazem o chamado “serviço público”, por força de uma gestão cuidada, apresentam nos seus balanços valores positivos, enquanto a RTP, mesmo com apoio, é um desbaratar de dinheiro, cuja programação, fica muito a desejar, quando, inclusive, exclui dos seus programas, instituições como partidos políticos legalizados e os ostracizam, não lhes dando voz.

#### **IV. SAÚDE:**

**1** – Que os Médicos recém-licenciados, sejam “obrigados” a deslocarem-se para o interior do país, para colmatar as lacunas existentes, por um período mínimo de três anos, como forma de compensação pelo esforço despendido por todos os Cidadãos através dos seus impostos, desde o período em que iniciaram os seus estudos, até à conclusão da sua Licenciatura.

**2** – Que a taxa moderadora, seja concedida gratuitamente aos Reformados, sobretudo, a todos aqueles com rendimentos muito baixos.

**3** – Que a medicação aos Reformados com dificuldades, seja totalmente gratuita, para obviar a que não aconteça a regra de este segmento e outros, muitas vezes, ter que optar por comprar remédios ou deixar de se alimentar. Infelizmente, todos conhecemos estas situações aberrantes.

**4** – Que as chamadas “cativações” na Saúde e Segurança Social, deixem de existir, devendo o orçamento aprovado ser integralmente utilizado, por serem áreas nucleares para o bem-estar dos Cidadãos.

**5** – Que a rubrica de pessoal (Médicos, Enfermeiros, Auxiliares e outros), seja monitorizada constantemente em função das necessidades, sempre que se justifiquem admissões para benefício das populações, em particular, das mais desfavorecidas.

#### **V. ENSINO:**

**1** – Que haja uma preocupação dos responsáveis quanto à mobilidade dos Professores, por forma a que estes não estejam deslocados para zonas distantes das suas residências familiares, o que se traduz em despesas avultadas e cansaço, criando imenso desgaste/stress, cujas “vítimas” são os alunos.

Também neste campo, ter em atenção a carência de pessoal auxiliar, que deve ser mais substancial, no apoio aos alunos.

**2** – Preconizamos igualmente que seja totalmente gratuita a atribuição de livros escolares até ao 12º ano de escolaridade, com o Ministério da Educação a definir em tempo útil, os livros para cada ano escolar e os mesmos serem imprimidos na Imprensa Nacional. As famílias sairiam beneficiadas pois os livros ficariam mais baratos, o que proporcionaria aos progenitores uma poupança bastante considerável.

**3** – Preconizamos ainda que, os refeitórios produzam uma alimentação cuidada, para atenuar a obesidade das crianças e, que seja confeccionada nas próprias Escolas, sempre com o controlo de nutricionistas.

**4** – Que as Instalações Escolares, sejam dotadas de uma qualidade aceitável de conforto, para que os alunos se sintam motivados e felizes nesses locais. Sabemos que, em particular, no interior do País, existem lacunas graves, como instalações degradadas e sem um mínimo de condições de habitabilidade.

**5** – Que se privilegie o Ensino Público em detrimento do Privado, a não ser em casos muito específicos, como, a não existência de Escolas Públicas nessas zonas. Só estas devem ser subsidiadas e apoiadas pelo Estado.

#### **VI. AUTARQUIAS:**

**1** – Que sejam auditadas com regularidade as contas das Autarquias, para que os dinheiros públicos, não sejam empregados com fins obscuros, como o benefício em proveito próprio (autarcas, familiares ou amiguinhos).

Uma atenção especial para os contratos adjudicados por via directa, sem concurso, que, a acontecerem, devem os seus responsáveis serem sancionados, nalguns casos, com perda de mandato.

**2** – Que sejam respeitados com rigor os Planos Directores Municipais, para obviar e suster qualquer tentativa, menos clara, de aproveitamentos ilícitos.

**3** – Proibir que os “dinheiros” das Autarquias sejam disponibilizados para fins eleitorais (campanhas), o que tem sido prática corrente, ao longo dos anos.



**4** – Que o património Autárquico, algum dele degradado, seja recuperado, e colocado ao serviço dos munícipes, para lares, creches e outros fins de interesse comunitário.

### **VII. INTERIORIDADE:**

**1** – Que sejam implementadas Leis, na defesa dos Cidadãos, em especial os que vivem no Interior, e que se promovam captações de investimento, a fim de se fixarem os naturais e outros. Para isso, o Governo Central e as Autarquias têm o dever de encontrar sinergias, por forma a que essas Regiões do Interior se desenvolvam social e economicamente, proporcionando-lhe meios indispensáveis para esse fim, como o apoio às Empresas, para a criação de emprego.

O PURP estará atento e intervirá (na hora) se persistirem as lacunas grave que se têm acentuado nos últimos anos – carências de diverso tipo, como; Indústria praticamente inexistente, falta de Transportes, Lares, Escolas, Creches e Maternidades, já para não recordar o “ataque” dos últimos anos, com o desaparecimento de balcões dos CTT, Bancos, Tribunais, Centros de Saúde desactivados, obrigando os seus naturais, a deslocarem-se mais de 50 quilómetros de táxi (a expensas próprias), para se dirigirem aos Hospitais ou outras instituições, para tratarem de assuntos básicos. Não pactuaremos e seremos muito cáusticos junto de quem de direito, para que este tipo de situações, sejam nalguns casos revertidos (Bancos, tribunais, etc), bem como, a promoção e desenvolvimento económico local, seja acelerado, para benefício de todos.

### **VIII. JUSTIÇA:**

**1** – Redução imediata das taxas de justiça, porque as existentes são demasiado elevadas e só beneficiam os mais ricos.

**2** – Que seja implementada a reversão do ónus da prova nos casos de enriquecimento ilícito, para que se apure com fiabilidade a fuga aos Impostos, bem como a proveniência desses valores.

**3** – Que seja implementada a “delação premiada”, como forma de aceleração dos processos e sua conclusão

**4** – Que os presidiários (excepto os mais violentos, por crimes de sangue), devolvam, com trabalho à Sociedade, o dispêndio económico da sua permanência na prisão. E que também os mais poderosos economicamente, fiquem sujeitos ao pagamento das despesas/custos inerentes à sua “estadia” nas prisões, por arresto de bens.

**5** – Que haja celeridade nos processos em curso – casos BES, BPN, Operação Marquês e Furação – e sejam “resolvidos” num prazo curto.

**6** – Que os sucessivos recursos, que só beneficiam os mais ricos e provocam nos Cidadãos perplexidade descontentamento, sejam abolidos de vez, para que os eventuais culpados e sentenciados não vejam as suas penas cumpridas já depois de mortos.

**7** – Que seja de imediato suprimida a protecção jurídica (imunidade) de que beneficiam parlamentares e outros altos cargos do Estado, que cometam actos contrários à boa ética e/ou dolosos para o País..



## **IX. CORRUPÇÃO:**

**1** – Que os casos BES e outros sejam resolvidos com a maior celeridade, porque os Cidadãos não podem suportar mais os 18 mil milhões já injectados, através do Fundo de Resolução, na Banca, cujos lucros, na época de “vacas gordas”, eram distribuídos pelos accionistas (uma grande fatia a estrangeiros) e altos quadros. Na actual situação deficitária, não é justo e razoável que sejam os Contribuintes, incluindo os de fracos recursos, a suportarem essas más e dolosas gestões.

**2** – Que acabem de vez (extinção) as PPP’S Rodoviárias e que os contratos blindados existentes sejam do domínio publico e revertidas para o Estado, apurando-se quem as assinou e se houver dolo, que os responsáveis sejam severamente punidos.

Segundo estudos feitos por ilustres matemáticos – em particular, pela Frente Cívica – a assinatura destes contratos foi o maior crime económico e, por consequência, o maior desfalque nas contas públicas. De acordo com esses estudos, que avaliam os contratos em 5,5 mil milhões, vamos pagar cerca de 18 mil milhões, cujas taxas de rendibilidade são na ordem de 16%/17% para as concessionárias. Um País pobre não pode jamais suportar estes custos obscenos.

## **X. HABITAÇÃO:**

**1** – Que o arrendamento habitacional, a atingir um descontrolo incalculável e altamente prejudicial para as famílias, seja repensado com urgência pelo Governo, preconizando o PURP, que os milhares de prédios desactivados e a degradarem-se, sejam reabilitados e colocados no mercado a preços acessíveis. Referimo-nos, sobretudo, àqueles que são propriedade de Misericórdias e outros que, com uma parceria com essas entidades, poderiam atenuar essa carência e evitar a inflação dos preços, com mais oferta disponível.

Ainda neste particular, o PURP opor-se-á vivamente a tudo o que for implementado e prejudicial ao segmento Reformados/Pensionistas, sobretudo, no que concerne aos débeis e desfavorecidos.

**2** – Que os residentes, sobretudo os mais idosos e/ou mais desfavorecidos, das grandes Cidades (Lisboa/Porto), não sejam escoraçados para a periferia, para beneficiar grandes interesses económicos.

**3** – Que as dívidas à Banca, na compra de habitação de “casa própria”, em caso de incumprimento pelo devedor, por razões “fortes” motivadas pelo desemprego e outras e, após esgotadas as negociações com as entidades credoras, se proceda à entrega da fração/imóvel à Banca, como liquidação da dívida, mesmo que o valor de mercado seja inferior à dívida remanescente, sem mais encargos para o devedor.

## **XI. EUROPA:**

**1** – O PURP vai pugnar para que na União Europeia (UE), haja uma maior aproximação dos salários e reformas, entre os Países que a compõem, tendo como lema, maior equidade, entre os Povos.

- 2** – O PURP tudo fará na UE para que a Demografia se desenvolva, criando condições no apoio aos Jovens, que permitam a procriação com um mínimo de esforço nos seus parcos orçamentos, desde logo, muito reduzidos, que os inibe de partir para esse desiderato.
- 3** – No cumprimento da Constituição, o PURP não renegará a entrada de Migrantes, porque somos um Povo solidário (não racista, xenófobo ou outro) mas, salvaguardando sempre a defesa dos Cidadãos Nacionais. Queremos com isto dizer que, a nossa preocupação está focada nestes. A integração de imigrantes deverá ser muito selectiva, quer na quantidade (somos um País pobre) e os mesmos devem sujeitar-se rigorosamente às leis vigentes, com a nossa cultura ancestral. Não lhes devem ser dados privilégios superiores aos dos nossos Cidadãos.
- 4** – O PURP envidará esforços na UE para que os Paraísos Fiscais, sejam abolidos, por forma a que seja “sangrada” as transferências sujas, provenientes de tráficos diversos.
- 5** – O PURP tudo fará no Parlamento Europeu para que os Eurodeputados, abdicuem de uma parte dos seus salários e benesses, dando, o exemplo de solidariedade, com quem os elegeu, bem como reduzir os gastos sumptuosos que se praticam nessa “casa”. Nesta “onda”, não esquecer também o gasto supérfluo de Estrasburgo (uma vez por mês, para aprovação das directivas), quando, deveriam ser exclusivamente decididas em Bruxelas, não se entendendo essa existência, que deveria ser abortada, pelo que comporta nos seus custos.
- 6** – O PURP denunciará junto dos Estados Membros da UE a questão dos Combatentes do Ultramar, quanto à permanência após 44 anos dos corpos de Militares em “cemitérios” (com capim e silvas), que se encontram nessas ex-colónias, solicitando ajuda para a sua transladação.
- 7** – O PURP denunciará igualmente o Estado Português por ter abandonado à sua sorte e ter ostracizado os Militares que regressaram com problemas graves de saúde (física e psicológica) e só ter apoiado um grupo muito residual desses.

## **CAROS CIDADÃOS**

O **PURP** APRESENTA-VOS ESTE PROGRAMA ELEITORAL, CONVICTOS QUE VAI DE ENCONTRO AOS VOSSOS PENSAMENTOS, COM VERDADE, E SÓ, VERDADE, NAQUILO QUE ALMEJAMOS PARA TODOS NÓS. POR UM PAÍS MAIS EQUITATIVO E SOLIDÁRIO!

**TUDO FAREMOS, PARA NÃO VOS DESILUDIR!**

*A Comissão Política Nacional do PURP*



**PURP – Partido Unido dos Reformados e Pensionistas**

Rua Pedrouços, nº. 27, Gabinete 11-E

1400-285 Lisboa

934 724 648 / 967 064 755

[purpgeral@sapo.pt](mailto:purpgeral@sapo.pt)

[www.purp.pt](http://www.purp.pt)